

Do Brasil à Itália Processos históricos e culturais de uma nova realidade emigratória

*João Carlos Tedesco **

Já é de domínio comum a informação de que o Brasil vem intensificando sua dinâmica emigratória. As últimas duas décadas atestam isso e, num ritmo cada vez maior. As causas são múltiplas e, sem sombra de dúvida, dentre elas, destacam-se aquelas de ordem econômica, ligadas, sobretudo, a características do mercado de trabalho no país (baixa remuneração, desemprego, dificuldade de mobilidade social para grande contingente de trabalhadores, etc.). Questões culturais e étnicas, dinâmicas emigratórias regionais, redes formais e informais que se constituem, bem como outras variáveis no campo mais subjetivo (afetividade, conflitos familiares, idealizações econômicas, etc.) também configuram o dinamismo desse processo mobilizador de grandes fluxos de pessoas para fora do país. Essa realidade revela uma situação de complexidade analítica.

Sempre fomos vistos como um país de imigração, o Brasil tendo recebido grandes levas de imigrantes, em especial até a década de 1930. Dados atuais estimam que em torno de 4 milhões de brasileiros estão fora do país, num arco de tempo delimitado pós-anos 1980, distribuídos em boa parte nos Estados Unidos (em torno de 1,4 milhões), pela Europa (em torno de 700 mil), pela Ásia, em especial pelo Japão (em torno de 200 mil), mais de meio milhão no Paraguai, além de outras regiões com contingentes menores.¹ Nessas levas, redes étnicas e regionais, políticas públicas e geopolíticas, grupos de descendência (*gemellaggios*),² agências de turismo e de contratação e intermediação de trabalhadores, dentre outros, constituem os canais de viabilização dos fluxos.

* *Professor do Mestrado em História / Universidade de Passo Fundo-UPF.*

Algumas regiões do país já se caracterizam como viveiros de emigrantes; é o caso de algumas cidades de Minas Gerais (em especial Governador Valadares, em direção aos Estados Unidos), do Espírito Santo (Vitória), do Paraná (Pato Branco e Guarapuava), de Santa Catarina (Criciúma e Água Doce) e do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul e Farroupilha).

Buscaremos aqui abordar alguns dados reveladores de aspectos da realidade de trabalhadores imigrantes brasileiros na Itália,³ dando prioridade às redes/vínculos formais e informais, em especial as de cunho étnico, que agregam e se integram ao movimento migratório, seus papéis, funcionalidades, implicações, etc. O objetivo é revelar elementos mediadores e situações no âmbito cultural que correlacionam espaços de origem e de destino dos fluxos de emigrantes brasileiros e que, talvez, sejam esses alguns dos processos que tornam específica a realidade emigratória para o referido país. A ideia central é tentar examinar processos que ligam, direta ou indiretamente, as realidades migratórias de *ontem* com as atuais.

Sabemos que é difícil tecer comparações entre os dois processos migratórios (vinda e partida de ditos *oriundi*); mas, o que dá perfeitamente para fazer é identificar ligações, redes, vínculos, influências, prioridades étnico-regionais, etc. Verificamos que fluxos migratórios, mediações, ordens culturais, étnicas e religiosas, interesses de grupos econômicos e políticos, em especial do norte e nordeste da Itália (Lega Nord e outras agremiações políticas), legislações e ligações entre países perduram e podem ser eficazes no interior do macrofenômeno migratório internacional e que, especificamente, envolvem o Brasil e a Itália.

Há um conjunto de elementos, não obstante sua temporalidade outra, que perdura; seleções, prioridades, integrações, mediações, reações, conflitos, horizontes culturais, agências de viagens, legislações, estatísticas (em geral, continuam imprecisas), língua, culturas, remessas financeiras, redes e meios de comunicação, instituições políticas, cidadania, Estado-Nação, transmigração que, formam, conformam, redefinem e estruturam os novos fluxos migratórios internacionais entre Brasil e Itália, ou, mais precisamente, do Brasil para a Itália.

Temos a convicção de que há ainda identidades transnacionais em diáspora territorial que mantêm relações com a “pátria-mãe” e que ritualizam a continuidade do “mito da terra prometida”. Situações históricas e conjunturais diferenciadas permitem-nos ver as migrações não como um fenômeno novo, mas algo “velho” com olhos novos, de seu tempo e conjuntura. É um pouco sobre isso que o texto, de uma forma sintética, quer refletir.

Territorialidades étnicas

Segundo os últimos dados do Itamaraty, havia na Itália, em 2009, por volta de 135 mil brasileiros. No entanto, os dados dos órgãos de pesquisa sobre imigração na Itália estimam em torno de 50 mil. Essa diferença pode ser entendida pelo fato de brasileiros com dupla cidadania não solicitarem vistos de permanência no país de destino e, portanto, não se constituírem como estrangeiros, não se inscreverem nas estruturas públicas e jurídicas que normatizam a presença de imigrantes no país.⁴

Grande parte das origens dos fluxos se constitui a partir de regiões do sul do Brasil, que possuem maior presença dos processos migratórios de mais de cem anos atrás para o Brasil, bem como a partir dos territórios formados pelas migrações internas. Dentre as regiões de maior presença estão as conhecidas como Serra Gaúcha e o norte do Rio Grande de Sul, o oeste e meio-oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, bem como algumas regiões do Espírito Santo e cidades do interior de São Paulo. No entanto, é interessante frisar que há imigrantes de várias, para não dizer de todas as regiões do Brasil.

A referida imigração não possui muito mais do que duas décadas e é bem concentrada nas regiões de proveniência de antepassados (Vêneto, Piemonte, Lombardia, Trentino, Friuli). Além de fatores mais estruturais do mundo econômico (desejo de melhorar de vida, ganhar mais, ser empreendedor, etc.), não há dúvida de que há outros, de ordem simbólica, representações e territórios étnicos que vão produzindo imaginários, idealizações, reencontros temporais e culturais que viabilizam e/ou motivam fluxos de emigrantes para a Itália. Há políticas públicas do país de destino, bem como grande tendência de ritualização da reconstrução de identidade étnica desenvolvida no sul do Brasil que acabam favorecendo a emigração para o referido país. Não poderemos aqui desenvolvê-los em detalhes em razão do espaço, porém, podemos afirmar que são intensos esses rituais (festejos, comemorações, intercâmbios, viagens, acordos regionais, influências do campo religioso e ideológico, etc.).⁵

O motivo trabalho é o que prepondera entre as causas da emigração brasileira para a Itália; é um contingente nacional que se destaca pela migração de indivíduos e, não tanto de grupos familiares; há grande preponderância de mulheres (67,5%). É, também, um grupo que se destaca pelo empreendedorismo (principalmente nas atividades agrícolas, na construção civil e nas várias atividades de atendimento à saúde);⁶ há em torno de duas mil empresas de imigrantes brasileiros (600 no Vêneto e 570 na Lombardia),⁷ portanto, há uma territorialidade econômica identificada, pela Câmara de Comércio da região do Vêneto, como empreendedorismo. Há certa diferenciação interna entre os imigrantes, há os descendentes (*oriundi*), os de dupla cidadania, há os irregulares, os que estão aguardando os processos de regularização, há negros e brancos, há gaúchos, baianos e capixabas, os quais carregam para dentro do país de destino estereótipos e imagens produzidas no país.

Portanto, ao falarmos em imigrantes brasileiros na Itália é bom que tenhamos sempre presente esse cenário de diferenciações. Estigmatizações, estereótipos e preconceitos se *mobilizam*, desterritorializam-se e se reterritorializam na construção da consciência do emigrante ao deixar sua terra de origem. Realidade essa por demais conhecida na imigração de *ontem* para o Brasil!

Familismo legal: os definidos como “*oriundi*”

Inúmeras instituições de representação de grupos italianos (vênetos, trentinos, lombardos, friulanos, etc.), migraram para o sul do Brasil nesses

últimos anos, alimentadas pela expressão midiática, econômica, por narrativas carregadas de emoção, afeto, saudosismo, ressentimentos e idealizações, especialmente por ocasião de ritualidades comunitárias e étnicas, de festas de famílias, de homenagens, para viabilizar acordos de cooperação, efetivar *irmandades* territoriais e transtemporais (*gemellaggios*). As mesmas acabam revitalizando a etnicidade, as ditas “origens italianas”, produzindo, também, processos migratórios para regiões da Itália. Não há dúvida de que nesses últimos dez anos cresceram muito, nos estados do sul do Brasil, os vínculos com associações, intercâmbios, escritórios de representação, agências de intercâmbios de trabalhos, possibilidades de estágios, *gemellaggios*, etc., com microrregiões do norte e nordeste da Itália. Fizemos levantamentos nesse sentido em algumas regiões do Sul do Brasil e pudemos constatar que há um grande dinamismo, um conjunto de associações em redes formais e informais que vão produzindo fortes laços entre regiões dos dois países. Os *gemellaggios* são uma das grandes expressões e são motivados e viabilizados, em geral, por grupos políticos e atores econômicos, bem como pelo campo religioso. Esses agentes mediadores, presentes no âmbito interno, ou seja, nos espaços de origem dos imigrantes, são, em muito, correlacionados a horizontes externos, em geral da *sociedade-mãe* e, em especial, de algumas regiões do norte/nordeste da Itália.

A *italianidade* passa a ser reivindicada e realimentada pela dimensão do trabalho, uma espécie de ascendência negociada e priorizada pelo campo econômico e amparada pela esfera pública. A Lega Nord (agremiação política de grande expressão por toda a Itália, mas de maior concentração no norte e nordeste do país),⁸ em especial, contribui em muito nesse sentido, criando vínculos, ramificações, produzindo imagens e representações de uma Itália saudosa, nostálgica de “seus filhos/netos” e que valoriza o discurso que enfatiza a essencialidade da dupla cidadania, como força e base de uma imigração sob tutela do Estado.

Nesse sentido, é interessante constatar como os territórios simbólicos (no caso aqui os étnicos) passam a ser *móveis*; sua mobilidade se dá em razão de referências (trans) temporais e entrecruzadas dos grupos sociais que os vinculam. Os mesmos podem ser construídos e mobilizados por representações, tradições, patrimônios imateriais e simbólicos; podem, com isso, envolver e dinamizar etnicidades, sentimentos de pertencimento ligados a tempos longos, mediações de vários gêneros (em especial nos campos políticos e culturais), compartilhados por ritualizações, expectativas de grupos, idealizações, deslocamentos espaciais, etc.

Na realidade, a *mobilidade dos territórios* (no caso aqui com sua ligação ao horizonte étnico de grupos de descendência italiana) vai depender muito de um campo de forças em que atuam atores sociais, grupos de influência, mediações institucionais que objetivam fins políticos e práticos, em especial no atual cenário considerado preocupante do campo migratório na Itália.

Contingentes de imigrantes brasileiros possuem certa identificação com o território cultural do espaço de destino dos fluxos no interior da Itália em razão de valores produzidos historicamente, de concepções em torno do trabalho, da família e do uso do dinheiro, da descendência de muitos, etc. (AMBROSINI;

QUEIROLO PALMAS, 2005). Há um capital social produzido pela descendência migratória e que, sem sombra de dúvida, é otimizado por grupos no interior dos espaços de destino nesse atual contexto do “problema imigração” na Itália.

As redes étnicas, no interior do processo migratório, recompõem laços comunitários, sentimentos e identidades, podendo interessar a grupos políticos e empresariais, assim como ser expressão de estratégias de sobrevivência de grupos, como símbolo que classifica e diferencia socialmente determinados grupos, além, é evidente, de agregar valor, transmitir o “sangue que corre nas veias” (*jus sanguinis*). Esse processo candidata novos imigrantes para inserir-se mais facilmente no espaço hospedeiro, ainda que se saiba que os horizontes políticos que viabilizam a cidadania estejam, atualmente, muito mais orientados pelo *jus solis* (tempo de permanência e de habitação no país de destino).

Já falamos que há uma contracorrente emigratória de *oriundi* em direção a locais onde possivelmente ainda residem parentes, ao espaço de origem dos emigrados ao Brasil e onde há a possibilidade de formação de uma rede de apoio que auxilie a inserção e a permanência ainda que temporária (o caso da emigração brasileira, pós-anos 1990, e o da Argentina, pós-anos 2000, atestam isso).

A dupla cidadania é obtida a partir de alguns requisitos jurídicos. A mesma ganha conotação burocrática, sem tanta ligação e integração com o país que não é mais hospedeiro (juridicamente, o duplo cidadão é, também, membro); é uma espécie de pertencimento formal ao âmbito nacional. Na realidade, o que se apresenta é uma “cidadania de reserva”, é um *familismo legal*, de distantes raízes, o qual não garante uma persistente integração cultural e política e, também, não se exige isso para sua efetivação jurídica (ZINCONI, 2006). Ou seja, não há projetos de envolvimento cultural de pertencimento, ou melhor, uma comum identidade; é apenas uma oportunidade instrumental para o mundo do trabalho para ambos os envolvidos (imigrantes e país de destino), para passagem para outros países de mercado de trabalho mais promissor (EUA, Inglaterra e Espanha, por exemplo).



O passaporte da comunidade europeia, tão idealizado pelos imigrantes, conquistado pela presença de muitos anos no país de imigração e/ou pelo direito de descendência, não dá aos mesmos todos os plenos direitos de cidadania social e política. Há uma longa estrada para percorrer nesse sentido; grandes embates se fazem presentes, mediações e interesses o compõem e transcendem sua dimensão legalista.

A dita “emigração de retorno” (dos descendentes) é expressão de uma identidade de “bons imigrantes”; em geral tende a ser auxiliada, beneficiada, pois são os considerados mais adaptados, os que, em teoria, terão melhor capacidade de assimilação e de serem assimilados para o trabalho e para a dita, reificada e concebida genericamente, *cultura italiana*. Não é incomum ouvir discursos políticos na Itália nesse sentido, aliás, pode se tornar produto de uma concepção política de cunho nacionalista, inclusive denunciada, por grupos políticos de oposição ao atual *status quo*, como xenófoba e discriminatória.

Temos a impressão que essa dimensão do *retorno dos oriundi* ou do *direito de retorno* (como se o *retorno* tivesse base jurídica!) pode ser considerada um retorno dos que nunca foram/estiveram; são contextos de expressão distinta. Ainda que imigrantes sejam descendentes, seus horizontes culturais e espaciais são diversos. Como diz Kawamura, esses *oriundi* acabam sendo uma população que atende às necessidades raciais e ideológicas de esfera política, das demandas do mercado de trabalho como força de trabalho barata, não qualificada e, de certa forma, controlada etnicamente (KAWAMURA, 2003).

A etnicização conduz a um encarceramento do imigrante em uma identidade oficialmente chancelada pelas políticas governamentais (ZINCONE, 2006), resultando num obscurecimento da diversidade interna das populações imigrantes; cria estoques de diferenças e que devem se adequar às classificações (gestão da diferença, assimilacionismo-italianidade, multiculturalismo) (MACHADO, 2006).

Muitas entidades se servem da memória coletiva, de grupos (vênetos, piemonteses, lombardos, por exemplo), para manifestar um conjunto de representações do passado; buscam fazer com que essas permaneçam conservadas e transmitidas entre seus membros pela sua função prática de integração. Daí advém a ideia de *pertencer* (ZANINI, 2007). Pertencer dá ideia de uma ressonância moral, de vizinhança, de compartilhar do mesmo sangue, do mesmo espaço, de uma *contratualidade* cultural e simbólica acima de tudo, de cooperação solidária, afetiva e parental, identidade coletiva e genealógica (SEYFERTH, 2007).

Sabemos que as identidades são negociadas, exteriorizadas e interiorizadas. As noções de pertencimento étnico são ressignificadas pela presença e expressão de agentes interétnicos, inseridos em redes que estão localmente sedimentadas, mas que se alastram para além delas. Desse modo, descendentes de italianos manipulam sua identidade no mercado de bens simbólicos locais, fazendo uso deste enquanto capital cultural que elabora distinções sociais (ZANINI, 2007). Por isso que falar em pertencimento significa, no mínimo, colocar em evidência aspectos do âmbito territorial, social e cultural. O primeiro (territorial) significa real e simbolicamente a presença/enraizamento sobre um espaço. O segundo se apresenta nas relações que se constituem na vida do indivíduo em termos familiares, de amizade, de natureza profissional, de estilos de vida, de interações sociais. O terceiro (cultural) se expressa nos significados que *regulam* a vida cotidiana (a língua, a política, a religião...). Esses processos não se separam, estão em correlação e em momentos

variados com possibilidade de algum deles prevalecer em razão dos vínculos de relacionamentos e das intencionalidades subjetivas e objetivas em questão (RAMOS, 2003; ZANINI, 2007; AMBROSINI, 2008).

As noções de pertencimento, de comunidade e de proximidade são importantes para tornar legítimo o espaço e os tempos da memória – daí os muitos *gemellaggios* que são viabilizados entre microlocais nos dois países, porém, em grande parte, ritualizados no Brasil. Desse modo, a memória coletiva passa a ser caracterizada por um intenso componente afetivo. Este nasce da estreita interação e conseqüente intercâmbio de experiências, ritualidades, definições de sentidos coletivos no âmbito cultural entre os membros de grupos presumivelmente em pertencimento.

Identidade e memória coletiva étnica passam, então, a fazer parte de representações de uma origem e pertencimento grupal, espacial e, também, sanguíneo (este visto em sua dimensão cultural e muito pouco biológico!), linguístico e cultural de uma forma geral. Nesse processo de *naturalização* da identidade étnica, a memória exerce papel importante através da manifestação de símbolos evocativos de pertencimento, de seleção, de uma construção de memória e de representações que são ativadas e provocadas num cenário em que existem simbologias de etnicidades e vontades manifestas de estabelecerem diferenças (ZANINI, 2007). A dimensão épica e ufanista da memória étnica colabora para fortalecer essas representações.

As festas de famílias, de sobrenomes ligam territórios étnicos em espaços transfronteiriços e, muito dinâmicas no sul do Brasil, em geral são mediadas pela esfera do campo eclesiástico e embasadas em rituais religiosos e de expressão econômica.

Hospitalidade pragmática e cidadania de passaporte

Temos a convicção de que as distantes raízes não garantem processos de integração cultural e política, muito menos produzem sentimentos efetivos de pertencimento. Conseguir um passaporte da Comunidade Europeia ou a permissão para votar no país de seus avós/bisavós não garante aos imigrantes brasileiros outras formas de inserção mais equânime e humana no cenário de destino (ZINCONI, 2006). Ser um duplo-cidadão e estar mediado por instituições promotoras de políticas de *retorno*, também não produz grandes resultados em termos de inserção vantajosa para os imigrantes. E a expressão “vantajosa” a que nos referimos não é tanto em relação a outras nacionalidades, mas, sim, em relação aos processos limitadores e precarizantes que configuram as relações e as políticas em torno do tema da imigração. Se a dupla cidadania produz algum resultado, podemos dizer que é, sem dúvida, em torno de processos de diferenciação interna entre imigrantes, entre os “protegidos” e os desprotegidos. Essa realidade é muito comum em meio aos imigrantes brasileiros. A noção de *extracomunitário*, sua lógica e efetivação cotidiana e prática no mundo do

trabalho, transcende esses vínculos históricos e de *sangue*, ainda que muitos dos projetos de *rientro* que analisamos (e que não temos condições de detalhar aqui), digam o contrário.

O grande projeto intitulado *Vêneto Community* (presente na região do Vêneto e que possui ramificações por várias regiões no sul do Brasil) é um desses que agrega forças e representações de várias ordens na região do Vêneto e que, em seus objetivos, expressa intenção de valorizar, resgatar e fortalecer a chamada *cultura vêneto*. Vinculado a ele está a ideia do Projeto *Rientro*, que também objetiva manter e facilitar o retorno e a inserção no território do Vêneto aos cidadãos italianos emigrados, nascidos na região; “garantir a manutenção da identidade vêneto e melhorar o conhecimento da cultura de origem [...], desenvolver iniciativas culturais [...], organizar processos de equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho na referida região”.⁹ Nesse sentido, segundo seus líderes, o mesmo possui finalidades formativas e de orientação para o mercado de trabalho, bem como de enfrentamento da noção de “emergência” que fez da imigração um projeto político para favorecer trocas e relações interculturais.

Coordenadores do *Veneto Community* deixam claras suas intenções: “agregar redes associacionistas dos emigrantes vênetos, auxílio-casa para todos os que vêm do estrangeiro”.¹⁰

Ao que nos parece, a lógica econômica se alimenta por uma lógica étnico-cultural e/ou vice-versa. “O Rio Grande do Sul é aquele estado que nos últimos anos tem registrado o maior desenvolvimento de toda a federação e é rico de pequenas e médias empresas. (...). O acordo alegra o Brasil e também a nós, e a escolha não foi casual. (...). [O acordo] tem o objetivo de permitir percursos concretos relativos a casa, ao trabalho, à aposentadoria e à simplificação burocrática para os vênetos que decidirão retornar ao Vêneto”.¹¹

O “Progetto Rientro in Veneto” é outro que visa viabilizar o *rientro* dos oriundos vênetos e de seus descendentes;¹² oferece ajuda para encontrar trabalho, efetuar compras, conseguir moradia, empreender negócios, inserir os filhos na escola, buscar requalificação profissional, etc.

Dados informam que mais de meio milhão de imigrantes e seus descendentes transformaram-se em *italianos* nos últimos 15 anos e houve retorno à Itália de aproximadamente 200 mil que haviam emigrado do país nos últimos anos (ZINCONE, 2006). Os descendentes de italianos que, nas primeiras décadas do século XX, eram esperança de transmissão de valores e de expressão política da Itália no estrangeiro, passam agora a ser requisitados para o mundo do trabalho no país onde nunca estiveram. Por isso dissemos que é uma espécie de retorno – *rientro* – dos que nunca saíram.

Não é incomum ouvir depoimentos como:

Chegamos por meio de agências que contratam trabalho temporário lá no Brasil e, depois que tô aqui, que vence o *permesso* [permissão contratual], corro risco, mas fico, já tô

ambientado e o próprio patrão *se ne frega* [não liga ou não se importa] se continuo trabalhando; ele sabe que pra ele é melhor, já tô sabendo fazer tudo. [...]. Em Belluno há firmas e firmas com muitos imigrantes que vieram com amparo; nas famílias então, eles querem isso. (Imigrante entrevistado que preferiu não ser identificado, há um ano em Vitória Vêneto).

O que se evidencia é uma espécie de mito de um *retorno produtivo*, de que os descendentes retornem com dinheiro e qualificação para contribuir com a economia e a riqueza do país. Ou então, a Itália se move ainda como aquela de um século atrás, ou seja, um país de emigração, interessada em recuperar emigrantes italianos no estrangeiro (ZINCONI, 2006; AMBROSINI, 2008).

Não temos dúvida que essa realidade promovida pelas políticas de dupla cidadania auxilia no controle e seleção dos fluxos migratórios para a Itália, viabiliza acordos para reduzir ou para incentivar os fluxos, extinguir outros, privilegiar alguns, podendo ser temporários e/ou permanentes; uma espécie de sistema de quotas diferenciadas por nacionalidades e selecionadas entre regiões, tipologias de imigrantes étnicos, os “toleráveis”, selecionados e seletos, para tentar bloquear clandestinos. Essa realidade demonstra, também, a autoridade do Estado e das políticas no controle dos fluxos; na restrição a outros tipos de fluxos (de não qualificados, de outras nacionalidades e etnias), bem como na redução das normas ineficazes que permitem uma *invasão* de imigrantes (como esforço de “gestar a crise”, provocada pelas migrações irregulares/clandestinas).

É possível perceber nisso tudo uma grande estratégia de seleção e orientação, uma rede de garantias de assistência, de normas humanitárias dos programas do debilitado *welfare* liberal (AMBROSINI, 2008), um incremento populacional negociado e com vantagens socioeconômicas em seu tratamento diferenciado, bem como a sobreposição da força política e econômica das regiões Norte/Nordeste. O que fica evidente é a tentativa de reduzir a vulnerabilidade do mercado de trabalho e sua correlação com a economia informal, de dar visibilidade a comunidades/subcomunidades, ou seja, indivíduos que carregam determinada *cultura de origem* (no caso vêneta e/ou friulana).

Transnacionalismo e *italianidade* secularizada

A imigração apresenta-se como um processo construído socialmente por meio de interações entre grupos e forças sociais (imigrantes de etnias variadas, instituições públicas, políticas e jurídicas, o mercado de trabalho e agências recrutadoras de mão de obra, etc.), bem como conexão entre níveis micro e macro da produção dos fenômenos sociais e dos processos que fazem a mediação entre aspectos estruturais e ações individuais (SALES, 1998).

Já falamos que há uma tentativa de grupos no interior da Itália (em geral no norte e nordeste do país) de valorizar a chamada italianidade, porém, numa roupagem “secularizada”, para não dizer burocratizada (pelos trâmites todos

que envolvem a obtenção da dupla-cidadania, os *gemellaggios*, dentre outros vínculos). É evidente que não é mais aquela da dita pátria-mãe, do sujeito que viajava com a “mala de papelão”, da representação do imigrante pobre, depreciado, estigmatizado, que se localizou “*in mezzo ai monti*”.

A italianidade que se busca reconstituir por intermédio de grupos, associações, intercâmbios, *gemellaggios*, acordos de cooperação cultural, pela Lega Nord e seus difusores espalhados pelo sul do Brasil e por outras agremiações, é aquela do sucesso econômico obtido no país, da superação, de uma Itália rica e de um sul do Brasil também diferente do Norte/Nordeste, da pujança econômica dos italianos expressa de uma forma ufanista. Não é uma memória de antigamente; não é o amor pátrio à antiga Itália (esta é até bom, para ambos, esquecer!). A dimensão que se desenvolve é também pragmática, dos acordos de cooperação, de investimentos, de controle migratório, de imigrantes tutelados, de possibilidade de trabalhar e morar na Europa e/ou nos Estados Unidos pelo passaporte de duplo cidadão; é uma espécie de “transnacionalismo contemporâneo”.¹³

Sabe-se pelos dados oficiais e pela inserção que tivemos no interior dos grupos de brasileiros que a irregularidade é uma de suas marcas, tornam-se, com o tempo, *overstayers*, ou seja, entram regularmente no país e depois, ao vencer o visto de turista e/ou de algum acordo de cooperação e intercâmbio, acabam permanecendo e se inserindo no mercado de trabalho de uma forma irregular. Não dá para ver a imigração brasileira como apenas de sujeitos amparados pela dupla-cidadania. Muitos migram em busca da documentação necessária para obter o reconhecimento da origem italiana, vivem na irregularidade passando pelas inúmeras e difíceis realidades que a situação produz.

A emigração para a Itália de descendentes de italianos, talvez, crie condições para a reavaliação e ressignificação de seu pertencimento, pois o imigrante é, sim, concebido como mercadoria, como força de trabalho pelas várias expressões do capital na sociedade de destino e, desse modo, encontra barreiras que se fecham e se abrem em razão de conveniências e interesses produzidos no interior do país de destino.

Há uma complexa vinculação e interesses entre mercado de trabalho, cultura étnica e a esfera pública; há, também, um conjunto em rede, transnacional, muitíssimo bem articulado, que produz a *indústria* das emigrações, facilitando entradas no espaço de destino, um comércio paralelo internacional muito lucrativo, escondido atrás de agências de viagens, ofícios que falsificam documentos e moradias provisórias, empresas que contratam temporariamente, escritórios de agenciamento que se responsabilizam pela seleção e pelo rodízio constante de imigrantes (AMBROSINI, 2008).

Identities e nacionalidades passam a ser reificadas e estigmatizadas em razão de políticas públicas e de mensagens midiáticas em torno da imigração. Como consequência, há práticas restritivas para todos os imigrantes, possibilidades ou não de naturalização, imposição de exigências de integração, tendência de

reduzir o *jus sanguinis* para o *jus solis* para a aquisição de cidadania, permitir ou não direito ao voto, acesso aos direitos políticos e sociais, etc.; realidade essa que demonstra o caráter político da dimensão multiétnica das sociedades nos cenários migratórios, bem como o princípio da nacionalidade agindo como critério seletivo e discriminador (RAMOS, 2003).

A noção de cidadania reduzida ao estado nacional é usada para tornar a imigração mais difícil, menos atraente e mais seletiva. As leis da cidadania definem as normas para que alguém se torne cidadão, para isso há exigências na definição de um período de residência, caráter legal da identidade do imigrante no país, certa capacidade linguística, conhecimento da cultura e da história do país, condições econômicas, não ter infração penal e nem má conduta moral, dentre outras; portanto, não é um direito de todo o estrangeiro, mas de apenas alguns considerados imigrantes encaixados nas dinâmicas burocráticas definidas pela esfera pública e legitimadas no horizonte jurídico.

O transnacionalismo como perspectiva de análise não considera os imigrantes de um ponto A ao ponto B, mas sim a simultaneidade de ações nas duas sociedades diferentes (AMBROSINI, 2008). O extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte (revolução “mobilética”) aumentou o número e a intensidade dos contatos, dos fluxos materiais e imateriais entre os imigrantes com seu país; as redes e os contatos entre co-nacionais foram ampliados. As formas de interrelação transnacional são várias: se dão no campo considerado “circulatório” (o vai-e-vem geográfico dos imigrantes entre os dois países); no “conectivo” (fluxos imateriais, imagéticos, internet, dinheiro...); no “mercantil” (comércio étnico e outros bens materiais entre os dois países...) e no campo “simbólico” (esfera cultural, rituais expressivos da identidade de grupos étnicos).

A noção de *transmigrante* contempla esses sujeitos que se conectam em espaços sociais diversos, de uma parte pela sua presença e identidade étnico-cultural no país de origem, de outra por vínculos e mediações junto ao país de destino; ou, então, por relações mantidas e estabelecidas à distância com a família e amigos no local de origem (ASSIS, 1999). A ligação com esse processo, bem como seus vínculos com esferas culturais e com passados de origens comuns, se expressa pela necessidade de alimentar redes e relações sociais nos contextos de proveniência. Desse modo, essas ditas “origens” acabam por modelar projetos, representações, pertencimentos, circulação entre dois territórios, uma espécie de comunidade móvel, circulatória de vidas pendulares (operário e precarizado na Itália, empreendedor no país/região de origem; italiano no Brasil, extracomunitário e estrangeiro na Itália!).

Nessa ideia de transmigrante e/ou de transnacionalismo, há um contexto que se produz, no qual culturas estão em contato, redes são estabelecidas, políticas públicas se retroalimentam, campos sociais e culturais põem em contato a realidade do imigrante com o cenário mais amplo da imigração (ASSIS, 1999); porém, sempre revelando o caráter temporário dessa ambiguidade: a de estar em *dois* lugares ao mesmo tempo; de ir para retornar; de conhecer a terra dos

antepassados e de se sentir próximo e distante da mesma; de se sentir vangloriado no Brasil por ser descendente de italianos e ser entendido por italianos como inferior, cidadão da *Série B*, extracomunitário, não obstante a dupla cidadania.

Na realidade, independentemente dos vínculos institucionalizados em redes étnicas ou não, imigrantes estruturam sua vida em um determinado local, mas permanecem com as referências de outro e, principalmente, com seus planos, desejos e aspirações ligados ao país e ao grupo de origem, como se nunca tivessem se deslocado (RAMOS, 2003).

A dimensão transmigrante que, pelo menos em parte ou em alguns âmbitos, caracteriza tendencialmente o fenômeno migratório internacional, revela participação central dos meios de comunicação, das novas tecnologias, as quais favorecem para que imigrantes possam participar da vida social dos dois países (origem e destino); ou seja, podem fazer com que alguns habitem e trabalhem na Itália, por exemplo, e administrem atividades econômicas ou um empreendimento imobiliário no local de origem. Esse processo existe entre brasileiros e, também, pode revelar certa fragilidade de “dupla” integração ao fazer parte de duas sociedades diferentes; uma espécie de “vida dual” (AMBROSINI, 2008). Vive-se na Itália e pensa-se no Brasil, atua-se à distância; por isso há dificuldade em sentir-se italiano, ou sentem-se ao mesmo tempo brasileiros e italianos, duplo pertencimento. Muitos brasileiros, ao regressarem para o Brasil, passam a sentir, sob vários aspectos, saudades da Itália.

O campo das remessas é outro que envolve microinstâncias do campo familiar, cultural e do território de origem, mas também, macroprocessos de instâncias financeiras que atuam em redes transnacionais. Essa realidade demonstra que relações entre os dois países se sustentam, que há alguma expressão de inclusão financeira no país de destino bem como desenvolvimento do espaço de origem, que há dinâmicas de transnacionalismo das migrações reveladas por essa esfera monetária; essas questões revelam as prioridades e projetos de vida do imigrante.

Enfim...

Há certa unanimidade no sentido de afirmar que o fator cultural e étnico é importante no processo migratório atual, que imigrantes – descendentes, em especial – buscam realizar na Itália o projeto falido para muitos no passado (a fantasia de “fazer a América”), realizam o desejo de nonos (as) e/ou bisnonos (as) de retornar à “terra-natal”. Porém, ao chegarem se deparam com uma realidade muito diferente da idealizada. O espaço de trabalho oferecido, em geral, não é o de suas especializações; percebem logo que a dupla cidadania não possibilita acesso amplo ao mercado de trabalho, nem uma inserção de fato no país hospedeiro; as políticas públicas e privadas não são as mais eficientes para regularizar e oferecer uma integração menos conflituosa; nesse sentido, as redes informais exercem uma importância muito maior (AGOSTINI, 2005).

A dupla cidadania expressa mais um status de cidadão pelo passaporte; é expressão da emergência da sociedade pós-nacional, transnacional, ainda que seja o Estado-Nação a definir critérios de admissão em seu território, a modular direitos, cidadania política, etc. (ZINCONE, 2006).

O ufanismo desenvolvido em torno da (re)construção da italianidade no Brasil, em especial na região sul, através de rituais, mediações institucionais e a possibilidade de ser um duplo cidadão, não revela ser tão promissor para muitos imigrantes que estão na Itália.

Pode-se observar que há uma espécie de *transnacionalismo circulatório* alimentado por viagens de um país para outro, trocas, *gemellaggios*; há grandes processos de reinvenção de etnicidades, venda de produtos italianos em regiões do sul do Brasil e/ou imigrantes assumindo a função de vendedores de produtos italianos.

A Lega Nord e outros grupos que se estendem por regiões do Brasil e vinculam imigrantes em seus espaços de atuação permitem controlar e selecionar seus trabalhadores de fora, vendem uma imagem “de uma Itália de ontem, o que é pura enganação, porque a que existe é a de hoje, e essa não quer saber de nós”, como nos disse um retornado no Rio Grande do Sul.

Há um *mondo em movimento* em que dimensões de uma macroglobalização se imbricam com mobilidades dos mais pobres, com horizontes transnacionais e transculturais, porém, que é imensamente paradoxal quando trata da alteridade (AMBROSINI, 2008). Há um caminho longo para percorrer, principalmente na necessária preservação da própria diversidade (ZINCONE, 2006), oferecendo aos grupos sociais visibilidade e presença na esfera pública e social, convivência interétnica, experiência da identidade e solidariedade étnica; em outros termos, sentir-se verdadeiramente um *membership*, ou seja, alguém pertencente e associado, como integrante de uma comunidade sociopolítica, cultural e nacional.

Notas

1 - Dados do Ministério de Relações Exteriores. In: jornal Zero Hora. Porto Alegre, 20 de maio de 2007, p. 4.

2 - São acordos firmados entre o poder público (em geral prefeitos) de alguma cidade no Brasil com a esfera pública de alguma cidade da Itália, nessa, em geral, de espaços de proveniência de fluxos de imigrantes e que hoje possuem grupos de descendência no Brasil. Ambos os espaços passam a ser visto como gêmeos, como irmãos, frutos de um mesmo processo geográfico e étnico. Esses acordos viabilizam intercâmbios, contratações temporárias de trabalhadores brasileiros na Itália, fazem mediações na obtenção de documentos para a dupla-cidadania, mediação financeira para cursos de italiano, intercâmbios mercantis, além de viagens de turismo. No Sul do Brasil, esses processos são muito dinâmicos e contam com forte mediação do campo religioso, principalmente de congregações que tiveram presença nas colônias de imigração italiana.

3 - É desde 2002 que estamos envolvidos nesse campo de pesquisa, com viagens quase que anuais para o referido país (em geral nos meses de nossas férias - janeiro e fevereiro)

tentando entender alguns dos processos que se efetivam nessa relação migratória; buscamos acompanhar também o fenômeno emigratório em algumas regiões de maior fluxo no sentido de entender os processos que ocasionam as saídas; pesquisamos sobre os processos mediadores que vão produzindo ritualidades étnicas (festas de família, de comunidades ditas italianas, acordos de cooperação, gemellaggios, associações culturais, etc.) e que possuem implicações na determinação de fluxos de emigrantes para a Itália e, especificamente, para determinadas regiões do país. Percebemos que há múltiplas territorialidades étnicas que também migram.

4 - Uma análise detalhada sobre esse processo pode ser encontrada em nossos livros sobre o tema (TEDESCO, 2006a; 2006b e 2007).

5 - Desenvolvemos algo nesse sentido em nosso livro “Festas e saberes” (TEDESCO, 2006b).

6 - Na área da construção civil e na da saúde, conforme dados da Câmara de Comércio da região do Vêneto, o Brasil figura entre as primeiras nacionalidades empreendedoras. Vimos, empiricamente, com grande presença, na prestação de serviços na agricultura, nas atividades vitivinícolas e de criação de frangos.

7 - Caritas Migrante. Dossier Estatístico, 2009.

8 - É atualmente um dos grupos de coalizão política de sustentação do governo Berlusconi; possui grande parte das prefeituras das províncias e de cidades medianas de maior fluxo dos imigrantes brasileiros. Seus vínculos com o Rio Grande do Sul são intensos em especial os que buscam viabilizar trabalhos na Itália, em especial em empresas previamente determinadas e no horizonte familiar. O referido agrupamento político prega, ainda que atualmente em menor expressão, a independência do norte/nordeste do país; advoga os valores vênéticos ligados ao trabalho, à parcimônia, à família, à religiosidade, etc.; tem-se demonstrado como o grupo político mais ferrenho contra a imigração irregular de muçulmanos e africanos de uma forma geral. Por isso que a luta pela migração tutelada, chancelada e escolhida passa a ter no sul do Brasil uma grande possibilidade.

9 - Sobre as especificidades do Projeto em seus vários temas, ver www.consiglioveneto.it/leggi/2003.

10 - Assessor Zanon, in: *Vicentini nel Mondo*, a. 52, n. 4, abril, 2004, p. 8.

11 - *Il Giornale di Vicenza*. Palavras do assessor provincial Raffaele Zanon, em 20/6/01, p. 5.

12 - www.regioneveneto.it. Acesso em 12/03/2003.

13 - FONDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto italiani nel mondo – 2009*. Roma: Edizioni Idos, 2009. Ver também CERASE, F. P. *L’onda di ritorno: i rimpatri*. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana*. Partenze. Roma: Donzelli, 2001, p. 113-125; ver, também, ROSOLI, G. *L’emigrazione di ritorno: alla ricerca di una impostazione*. In: *Studi Emigrazione*. Roma: n. 47, p. 235-246, 1977.

Referências

- AGOSTINI, T. *Le nuove venete*. Sogni e bisogni dell’altro mondo. Verona: Nuova Dimensione, 2005.
- AMBROSINI, M.; QUEIROLO PALMAS, L. *I latinos alla scoperta della Europa*. Milano: Franco Angeli, 2005.
- AMBROSINI, M. *Mobilità e intraprendenza attraverso i confini. Il transnacionalismo economico dei migranti*. In: COLOSANTO, M.; ZUCHETTI, E. (a cura di). *Mobilità e transizioni nei mercati del lavoro locali*. Milano: Franco Angeli, 2008, p. 155-191.
- ASSIS, G. de O. *Estar aqui..., estar lá... Uma cartografia da emigração valadarense para os EUA*. In: SALES, T.; REIS, R. R. (orgs). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 125-166.
- CERASE, F. P. *L’onda di ritorno: i rimpatri*. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana*. Partenze. Roma: Donzelli, 2001, p. 113-125.
- FONDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto italiani nel mondo – 2009*. Roma: Edizioni Idos, 2009.

- KAWAMURA, L. *Para onde vão os brasileiros?* Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas: Unicamp, 2003.
- MACHADO I. J. R. *Um mar de identidades.* A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006.
- RAMOS, P. S. *Hospitalidade e migrações internacionais.* O bem receber e o ser bem recebido. São Paulo: Aleph, 2003.
- ROSOLI, G. L'émigrazione di ritorno: alla ricerca di una impostazione. In: *Studi Emigrazione.* Roma, n. 47, 1977, p. 235-246.
- SALES, T. Brasil-Massachusetts: Cenas de um processo migratório. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES; CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS, et al. (orgs.). *O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais.* Petrópolis: Vozes, 1998, p. 55-67.
- SEYFERTH, G. et al. (org.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.* Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.
- TEDESCO, J. C. *Imigração e integração cultural: interfaces.* Brasileiros na região do Vêneto – Itália. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF Editora/Edunisc, 2ª ed., 2006a.
- TEDESCO, J. C. *Festas e saberes.* Rituais de memória imaterial e genealogias na região colonial do RS. Passo Fundo: Méritos, 2006b.
- TEDESCO, J. C. *L'ultima America: brasileiros na região de Vêneto.* Vicenza: Agorà Factory, 2007.
- ZANINI, M. C. C. Identidades negociadas: a ítalo-brasilidade na Região Central do Rio Grande do Sul. In: SEYFERTH, G. et al. (orgs.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.* Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 337-355.
- ZINCONI, G. (a cura di). *Familismo legale: come (non) diventare italiani.* Roma-Bari: Laterza, 2006.

RESUMO

O texto analisa aspectos da emigração de trabalhadores brasileiros para a Itália; enfatiza o papel das redes formais e informais envolvidas no processo, bem como horizontes afetivos e culturais que ligam os espaços de origem aos de destino. Mostra, também, que esta emigração – marcadamente de sulistas descendentes de italianos – inscreve-se no arco das estratégias políticas da Lega Nord para atrair mão de obra seletiva. Por isso as promessas, como a da dupla cidadania, nem sempre se efetivam e muitos imigrantes acabam permanecendo no país em situação irregular.

Palavras-chave: brasileiros; Itália; dupla cidadania.

ABSTRACT

The text examines aspects of the phenomenon of Brazilian workers who emigrate to Italy; it emphasizes the role of formal and informal networks involved in this process as well as the emotional and cultural horizons which connect the spaces of origin to the destination. It also shows that the migration – especially of people from South Brazil, with Italian ancestry – is enrolled in the arc of political strategies of Lega Nord in order to attract selective workforce. However, promises like the double citizenship do not always come true and many immigrants end up staying in the country as undocumented

Keywords: Brazilians; Italy; double citizenship.

